



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

Jornal do Dia - 27/01/2018

Ações do Fisco e da PGE tentam elevar a arrecadação

De acordo com o secretário Josué Modesto, as medidas têm como foco não só a contenção dos gastos, como o aumentar da arrecadação. "É importante conter as despesas porque elas são inexoráveis, quanto o estimular à arrecadação - enquanto ação do Fisco e da Procuradoria Geral do Estado -, na parte de execução da dívida, especialmente na identificação dos grandes devedores, na sua tipificação, na ação junto ao Poder Judiciário para que tenhamos êxito na efetiva arrecadação de impostos, de autuações feitas pelo Fisco".

O procurador Vinicius Oliveira destacou o trabalho da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o maior rigor das ações a partir de agora. "Não é uma medida nova, o que nós vamos fazer é intensificar e tornar uma fiscalização mais rigorosa. Não adianta ficar no planejamento e não ser executada. E a Procuradoria, junto com a Sefaz, já conseguiu mapear, identificar e já está em execução para que, a curto e médio prazos, obtenhamos resultados desse retorno financeiro. De 2014 a 2018, por exemplo, foram recuperados algo superior a R\$230 milhões, mas a gente não consegue hoje mapear efetivamente a parte de sonegação, o quanto representa nessa recuperação. Essas rotinas já foram todas alteradas, e nós buscamos que esses R\$230 milhões sejam dobrados só com essas novas medidas".

Oliveira esclareceu que, desde quando é finalizado o processo administrativo fiscal do contribuinte que o auto de infração se transforma em dívida ativa. "A Procuradoria, nesse cenário, compete cobrar esses créditos em juízo. Nós distribuímos a execução fiscal, que é uma ação de cobrança contra esses contribuintes, e o processo segue em busca de penhoras e arrematação para que o crédito seja satisfeito. O que acontece é que está sendo desviado um pouco o foco agora, para otimizar essa arrecadação, é separar o que comumente se chama 'o joio do trigo'. Separar aqueles devedores, que por uma eventualidade estão em dificuldade financeira, mas que são bons contribuintes, que não atacam o mercado, para esses às benesses da lei: parcelamentos, facilidades de pagamento, todas essas benesses continuam e o governo sempre vai estar olhando para esses contribuintes. No entanto, para os contribuintes que não são bons pagadores, que defenestram o mercado, que praticam concorrência desleal - porque justamente não recolhem os tributos e podem vender a preços mais baixos quebrando a concorrência sadia -, para esses, além da própria cobrança judicial, que está em trâmite, nós vamos enveredar agora pela possível criminalização das condutas. Identificar se está havendo sonegação deliberada, se está havendo crime de evasão, para, em parceria com o Ministério Público, que já está em pleno vigor, e com a própria Deotap e da estrutura da SSP, identificar os administradores, os sócios que estão nessa conduta delituosa e criminalizá-los".

Conforme o procurador, essa atuação é muito mais rigorosa, com mais foco e mais objetiva. "Uma vez criminalizando esse tipo de conduta, você expurgue essa empresa do mercado sergipano ou, no mínimo, força que ela regularize esses pagamentos e pratique uma concorrência sadia. Esse é um caminho que está sendo adotado por todas as demais Procuradorias de Estado, é um caminho que a própria AGU vem tomando também, que é para acabar com essa concorrência desleal e essa prática nociva ao mercado".